



SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer informações ao Tribunal de Contas da União quanto à apuração de eventuais irregularidades relacionadas à atuação da associação China Hub Brasil e seu envolvimento com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Senhor **Presidente**,

Nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e na forma dos arts 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações quanto à apuração de eventuais irregularidades relacionadas à atuação da associação China Hub Brasil e seu envolvimento com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- 1. A associação China Hub Brasil recebeu ou possui relação com recursos públicos federais, direta ou indiretamente, por meio de contratos, convênios ou patrocínios de estatais?*
- 2. Empresas financiadoras da China Hub Brasil possuem contratos vigentes com o Ministério da Saúde ou com outros órgãos da*





- administração pública federal? Caso positivo, houve alguma situação de favorecimento nessas contratações?*
- 3. Como o TCU avalia o fato de o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, estar vinculado a uma entidade financiada por empresas que possuem interesses diretos em contratos e licitações do Ministério da Saúde? Essa situação não configura um evidente caso de conflito de interesses?*
 - 4. Caso sejam confirmadas irregularidades, que medidas serão adotadas para responsabilizar o ministro e garantir a suspensão de eventuais contratos firmados em condições questionáveis? O Tribunal pretende encaminhar o caso ao Ministério Público Federal e à Procuradoria-Geral da República para aprofundamento das investigações e possíveis sanções?*
 - 5. O TCU tem conhecimento de eventuais parcerias da China Hub Brasil com órgãos do governo federal, em especial com o Ministério da Saúde? Caso sim, quais são essas parcerias e como foram estabelecidas?*
 - 6. O TCU ainda irá instaurar auditoria para verificar se houve favorecimento indevido às empresas que financiam a China Hub Brasil*
 - 7. Há evidências de que a participação do ministro da Saúde na China Hub Brasil tenha influenciado decisões governamentais ou direcionado políticas públicas em benefício de seus patrocinadores?*
 - 8. Quais medidas podem ser adotadas pelo TCU para garantir que não haja conflitos de interesses ou irregularidades na relação entre a China Hub Brasil e o governo federal?*
 - 9. O TCU pretende recomendar medidas para coibir a presença de ministros em entidades financiadas por empresas com*





interesses diretos no governo? Como o Tribunal pretende garantir que situações semelhantes não se repitam?

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o recebimento de informações por parte do TCU quanto à apuração de eventuais irregularidades relacionadas à atuação da associação China Hub Brasil e seu envolvimento com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Isto porque, conforme informações amplamente divulgadas pela imprensa¹, cerca de possíveis irregularidades na atuação da associação China Hub Brasil, sugere-se que o TCU adote as medidas cabíveis para apuração dos fatos relatados e, se necessário, responsabilização dos agentes envolvidos.

De acordo com as notícias veiculadas, há indícios de que a associação teria mantido relações questionáveis com agentes públicos e privados, o que pode configurar tráfico de influência e favorecimento indevido. Há também suspeitas de que recursos públicos tenham sido direcionados para a entidade sem transparência adequada, contrariando os princípios da administração pública, em especial os da moralidade e impessoalidade.

Neste esteio, paralelamente ao cargo de ministro da Saúde, Alexandre Padilha (PT) assumirá a função de "*presidente de honra*" de uma associação financiada e apoiada por megaempresas chinesas que possuem interesses comerciais no governo brasileiro, especialmente no Ministério da Saúde.

Batizada de China Hub Brasil, a associação será lançada oficialmente na próxima sexta-feira (14/3), na cidade de São Paulo,

¹ <https://www.metropoles.com/colunas/tacio-lorran/china-padilha-associacao>





com patrocínio da Mindray — uma das principais fornecedoras globais de instrumentos médicos — e da Tegma, empresa de logística farmacêutica. O evento também conta com o apoio do Banco da China e da Huawei, gigante chinesa da tecnologia, que tem implementado parcerias para promover a transformação digital na saúde brasileira. Padilha já aceitou o cargo, que não será remunerado, e sua presença no evento de lançamento é esperada.

A entidade tem como objetivo "*fortalecer as relações econômicas, culturais e comerciais entre empresas brasileiras e chinesas*". Além de intermediar contatos entre empresas dos dois países, oferecerá serviços de consultoria e apoio à formação de parcerias público-privadas.

O futuro presidente e fundador da China Hub Brasil, Youyang Jiang, foi recebido ao menos três vezes no gabinete de Padilha enquanto este era ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais (SRI). Duas dessas reuniões não constam na agenda oficial. Jiang também esteve presente na posse de Padilha como ministro da Saúde, em janeiro de 2023.

Antes de aceitar o cargo de "*presidente de honra*", Padilha consultou a Comissão de Ética Pública (CEP) para avaliar possíveis impedimentos. O parecer foi favorável, mas a consulta foi feita quando ele ainda ocupava o cargo na SRI, no dia 6 de fevereiro. O parecer não analisou a relação das empresas chinesas que patrocinam e apoiam a associação. Naquele momento, já se especulava que Padilha assumiria o Ministério da Saúde — uma pasta na qual sempre exerceu forte influência.

Apesar disso, Padilha alegou à CEP que não teve "*relação relevante*" com a associação. No entanto, além das reuniões com Youyang Jiang, ele se encontrou com representantes da Huawei e de outras empresas chinesas envolvidas na iniciativa.





O presidente da Comissão de Ética Pública, Manoel Caetano Ferreira Filho, declarou que o órgão entendeu que o convite para ser "*presidente de honra*" foi feito a Padilha como indivíduo, e não ao ministro de Estado. Questionado sobre os patrocinadores chineses do evento de lançamento da China Hub Brasil, Ferreira Filho afirmou que "*isso é um fato estranho*", que "*não foi submetido à Comissão*", e admitiu que o colegiado poderá reavaliar a decisão.

De acordo com a minuta do estatuto social da China Hub Brasil, a associação terá entre suas atividades:

- *Intermediar relações e contatos entre empresas brasileiras e chinesas;*
- *Prestar serviços de consultoria para associadas;*
- *Promover investimentos recíprocos e firmar parcerias público-privadas;*
- *Participar de fundos de investimento, ações e sociedades de quaisquer empresas.*

O financiamento da entidade virá de serviços prestados aos associados, aplicações no mercado de capitais, venda de ativos e participação em empresas e arranjos negociais.

O estatuto não especifica quais serão as funções do "*presidente de honra*", mas a própria Comissão de Ética Pública entende que Padilha poderá atuar como representante institucional da associação e participar de reuniões consultivas junto à diretoria, contribuindo com sua experiência e prestígio para decisões estratégicas.

A Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12.813/2013) proíbe que autoridades do governo exerçam atividades que impliquem a prestação de serviços ou a manutenção de relações de negócios com pessoas ou empresas que tenham interesse em decisões de órgãos públicos.





O evento de lançamento da China Hub Brasil é descrito como "o início de uma nova fase nas relações Brasil-China", com o objetivo de "conectar líderes, empresas e instituições para abrir caminhos em negócios, inovação e cooperação estratégica".

Atualmente, a entidade ainda não possui associados, mas já conta com patrocínio e apoio de grandes empresas chinesas. Mindray, uma das patrocinadoras, mantém parceria com dezenas de hospitais brasileiros e organiza eventos médicos no país. Tegma, outra patrocinadora, atua na logística para a indústria farmacêutica e é considerada a "queridinha" das montadoras chinesas no Brasil. Bank of China (BOC), que tem uma subsidiária no Brasil e fornece linhas de crédito para laboratórios.

Huawei, que anunciou, em dezembro, uma parceria estratégica com a Associação Brasileira CIO Saúde (ABCIS) para impulsionar a transformação digital na saúde. A Huawei, em nota publicada em seu próprio site, explicou que a parceria conectará sua tecnologia com mais de 500 associados da ABCIS, incluindo hospitais, operadoras de saúde, indústrias farmacêuticas e seguradoras.

O fundador da China Hub Brasil, Youyang Jiang, é também secretário-geral da Associação Chinesa do Brasil, uma entidade filantrópica. Além de ter sido recebido pelo menos três vezes no gabinete de Padilha quando ele era ministro da SRI, Jiang também participou da posse do petista como ministro da Saúde.

Em uma rede social, Jiang afirmou que compareceu à posse a convite do próprio Padilha, publicando fotos no Palácio do Planalto ao lado do ministro.

Em entrevista à coluna, Jiang negou que a China Hub Brasil seja um grupo de lobby, mas admitiu que a associação atuará com relações governamentais e conexões empresariais.





"*Eu não posso prejudicar nenhum amigo meu, qualquer amigo*", declarou Jiang.

"*Não entendo todas as coisas, mas temos parceiros brasileiros que entendem. Tecnicamente, não entendo nada, mas tenho muitos amigos, que fazem os trabalhos e conseguem ajudar.*" Ele enfatizou que sua credibilidade no Brasil, construída ao longo de 20 anos, será um diferencial para a China Hub Brasil. "*O que temos de diferente aqui é a minha credibilidade. Eu consigo aproveitar esses relacionamentos e oferecer serviços para as empresas chinesas.*"

Sobre o papel de Padilha na associação, Jiang evitou entrar em detalhes e limitou-se a dizer que ele será presidente de honra, garantindo que o ministro "*não participará de negociações*" e que todas as suas ações serão analisadas pelo departamento jurídico da entidade. "*Vale a pena reforçar: o China Hub Brasil não tem ideologia política. Não é de esquerda, não é de direita. A gente conversa com todo mundo. Com todo mundo. Temos muitos amigos. Não temos ideologia de nada.*"

Por fim, Jiang revelou que fez o convite a Padilha antes mesmo de ele ser indicado para o Ministério da Saúde, quando ainda comandava a SRI. "*Quando ele estava na SRI, ele sempre participou das nossas atividades da comunidade chinesa.*"

Com efeito, o envolvimento do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, com a China Hub Brasil representa preocupante golpe contra os princípios fundamentais da administração pública. Um homem de Estado deve sua lealdade exclusiva ao povo, e não a interesses estrangeiros travestidos de parcerias estratégicas. Aceitar um cargo, ainda que honorário, em associação financiada por gigantes chinesas com interesses diretos no governo é abrir as portas para a suspeita, para o tráfico de influência e para a erosão da confiança pública. A ética na política não se mede apenas pela ausência de remuneração,





mas pelo zelo intransigente pelo bem comum. Se permitirmos que ministros flertem com interesses privados, cedo ou tarde, o Estado deixará de servir à nação para se tornar mero servidor de lobbies internacionais.

A Comissão de Ética Pública, ao conceder aval sem avaliar os financiadores da entidade, mostrou-se cega onde deveria ter sido vigilante. O TCU deve agir sem hesitação, pois onde há fumaça, há fogo – e o cheiro de conluio se espalha no ar. A lei não pode ser apenas um enfeite, e se ministros transitam livremente entre a gestão pública e os interesses privados, é sinal de que a República está sendo dilapidada de dentro para fora. Se queremos o Brasil forte e soberano, devemos extirpar essa confusão de papéis e deixar claro: ou se serve ao governo, ou se serve ao mercado. Mas jamais aos dois ao mesmo tempo.

Diante da gravidade das informações noticiadas e do impacto potencial na gestão dos recursos públicos, sugiro que o TCU instaure procedimento fiscalizatório para verificar a regularidade das atividades da associação China Hub Brasil e a eventual responsabilização dos envolvidos, caso sejam confirmadas irregularidades.

Diante disso, e tendo em vista que a fiscalização das contas públicas é uma das funções precípuas do Poder Legislativo, é essencial que este requerimento seja aprovado para que possamos obter as devidas informações sobre o tema para que sejam utilizados de forma eficiente e transparente.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

